



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE

CIRCULAR Nº 01/BVC/00

**Organização do Registo de
Operadores de Bolsa e Mandatários**

**Artigo 1º
(Âmbito)**

1. A presente circular estabelece as regras de organização do registo, mantido pela bolsa de valores, dos operadores de bolsa e dos seus administradores, gerentes, directores e outros empregados ou representantes.
2. Apenas deverão constar do registo os administradores, gerentes, directores e outros empregados ou representantes dos operadores de bolsa, relativamente aos quais o operador pretenda obter os efeitos produzidos pelo registo, nos termos da alínea b) do artigo 4º.
3. Para efeitos da presente circular, os administradores, gerentes, directores e outros empregados ou representantes dos operadores de bolsa serão abreviadamente designados por mandatários.

**Artigo 2º
(Competência)**

A inscrição no registo, bem como a suspensão ou o cancelamento de qualquer inscrição, é da competência do Conselho de Administração da bolsa de valores.

**Artigo 3º
(Organização do registo)**

1. O registo é constituído pelo depósito de documentos, o qual será organizado por ordem cronológica.
2. Todos os documentos integrantes do registo devem ser numerados sequencialmente e rubricados pelo Presidente do Conselho de Administração da bolsa de valores, ou por em quem este delegue.
3. A cada operador de bolsa será destinada uma pasta, onde serão depositadas, com observância do estabelecido nos números anteriores, todas as certidões, decisões, correspondência e, em geral, todos os demais documentos respeitantes ao registo do próprio operador de bolsa e dos seus mandatários.



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 4º **(Efeitos)**

A inscrição no registo produz os seguintes efeitos:

- a) Relativamente ao próprio operador de bolsa, constitui condição necessária ao exercício da actividade de intermediação financeira na bolsa de valores, designadamente execução de operações de bolsa e qualidade de membro do sistema de compensação e liquidação de operações;
- b) Relativamente aos mandatários, constitui condição necessária para o exercício de funções no âmbito da negociação em sessão de bolsa, designadamente para acesso e utilização dos terminais de negociação e intervenção nos procedimentos de negociação em viva voz.

Artigo 5º **(Inscrição de operadores de bolsa no registo)**

1. A inscrição de operadores de bolsa no registo depende da apresentação de requerimento dirigido ao Conselho de Administração da bolsa de valores, instruído com as seguintes informações e documentos:

- a) A denominação social do operador de bolsa, a indicação do seu capital social, da sua sede social e demais elementos de identificação;
- b) A identificação dos membros dos órgãos sociais do operador de bolsa e a identificação dos sócios detentores de participações superiores a 10%;
- c) Cópia da autorização para o exercício da actividade de intermediação financeira em valores mobiliários, a que se refere a Lei nº 53/V/98, de 11 de Maio;
- d) Cópia de documento comprovativo da inscrição no registo mantido pelo Banco de Cabo Verde, a que se refere a Lei nº 53/V/98, de 11 de Maio;
- e) Cópia de documento comprovativo de haver sido prestada a caução do cargo, a que se refere a Lei nº 53/V/98, de 11 de Maio.

2. Recebido o processo, o Conselho de Administração poderá solicitar do operador de bolsa requerente as informações ou esclarecimentos adicionais que considere necessários, em caso de se revelarem incompletos ou imprecisos o requerimento ou documentos a que se refere o número anterior.



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

3. Caso o pedido de inscrição no registo haja sido acompanhado de todos os elementos legalmente exigíveis, a inscrição deve ser promovida e o operador de bolsa requerente notificado no prazo máximo de 10 dias.

4. No caso do número 2, o prazo para a inscrição previsto no número anterior conta-se a partir da data em que sejam recebidas pelo Conselho de Administração as informações ou esclarecimentos adicionais solicitados.

5. O pedido de inscrição no registo apenas poderá ser indeferido em caso de insuficiência ou irregularidade insanável do requerimento ou documentos apresentados.

Artigo 6º

(Inscrição de mandatários no registo)

1. A inscrição de mandatários dos operadores de bolsa no registo, para os efeitos estabelecidos na alínea b) do artigo 4º, depende da apresentação pelo operador de bolsa respectivo de requerimento dirigido ao Conselho de Administração da bolsa de valores, instruído com as seguintes informações e documentos respeitantes à pessoa cuja inscrição se solicita:

- a) Identificação civil completa;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Certificado de habilitações;
- d) Indicação da categoria na estrutura orgânica do operador de bolsa, e da função exercida, ou a exercer se a inscrição no registo for condição para o efeito;
- e) Declaração atestando a sua idoneidade profissional;
- f) Uma fotografia.

2. Do certificado do registo criminal não poderá constar a condenação pelos crimes de falsificação, furto, roubo, burla, frustração de créditos, extorsão, abuso de confiança, infidelidade ou usura.

3. O certificado de habilitações deverá demonstrar a habilitação, no mínimo, com a escolaridade pré-universitária completa.

4. A declaração atestando a idoneidade profissional do mandatário cuja inscrição no registo se solicita deverá certificar:



BOLSA DE VALORES **CABO VERDE**

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

a) Que a pessoa em causa não tenha sido declarada, por sentença transitada em julgado, falida, insolvente ou responsável pela falência ou insolvência de empresa cujo domínio haja assegurado ou em que haja detido uma participação maioritária no capital social, ou de que tenha sido administrador, director ou gerente;

b) Que não tenha desempenhado as funções referidas na alínea anterior em empresa cuja falência ou insolvência haja sido prevenida, suspensa ou evitada por intervenção do Estado, concordata ou meio equivalente.

5. São aplicáveis, com as devidas adaptações, os números 2 a 5 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 10º.

Artigo 7º

(Outros requisitos)

A bolsa de valores poderá, com carácter geral, fazer depender a inscrição de mandatários no registo da frequência de curso, compreendendo ou não exame final de avaliação, ministrado pela própria bolsa de valores, ou por outras entidades por conta dela, que vise proporcionar formação profissional para o exercício das funções a que aquelas pessoas se propõem, podendo também submetê-las, ainda que sem a existência daquele curso, a exame teórico e ou prático relacionado com o exercício daquelas funções, consistindo neste caso a aprovação em tal exame requisito indispensável para o referido exercício de funções.

Artigo 8º

(Suspensão e cancelamento da inscrição)

1. A inscrição de operadores de bolsa ou seus mandatários no registo será suspensão ou cancelada na sequência da aplicação das sanções disciplinares de suspensão temporária ou de exclusão definitiva, conforme o caso, ou bem assim em caso de suspensão preventiva determinada no âmbito de processo disciplinar, nos termos dos estatutos da bolsa de valores.

2. O cancelamento da inscrição no registo poderá ainda ser determinado:

a) Na sequência de pedido escrito do operador de bolsa interessado, quer diga respeito ao próprio operador quer a seu mandatário;

b) Por o Conselho de Administração entender deixar de verificar-se alguma das condições de que depende a inscrição no registo.

3. No caso da alínea b) do número precedente, se o Conselho de Administração entender que a condição em causa é susceptível de ser sanada poderá, ouvido o operador de bolsa, ser a



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

inscrição suspensa e fixado um prazo dentro do qual deve ser promovida a regularização da situação, sob pena de conversão da suspensão em cancelamento.

4. A suspensão ou cancelamento do registo inibe, pelo período por que perdure ou definitivamente, conforme o caso, o operador de bolsa ou o mandatário em causa do exercício da actividade ou das funções de que o registo é condição.

Artigo 9º **(Alterações)**

Deverão ser comunicadas pelo operador de bolsa respectivo à bolsa de valores, no prazo máximo de 10 dias a contar da data da sua verificação, quaisquer alterações que ocorram relativamente ao conteúdo de quaisquer documentos depositados nas pastas a que se refere o número 3 do artigo 3º, quer respeitem ao próprio operador de bolsa quer a algum dos seus mandatários.

Artigo 10º **(Limites)**

Cada operador de bolsa pode manter a inscrição no registo, simultaneamente, de um máximo de quatro mandatários.

Artigo 11º **(Publicações)**

A publicação no boletim oficial de bolsa das inscrições, suspensões ou cancelamentos é condição da eficácia desses actos, devendo igualmente constar do registo a cópia dessa publicação.

Artigo 12º **(Entrada em vigor)**

A presente circular entra em vigor na data da respectiva publicação no boletim oficial da bolsa de valores.